

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 27-08-2014

Presidente

- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

Vereadores

- Carlos Manuel de Melo Pimentel
- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Arnaldo Branco Raposo de Amaral
- Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo
- Mário Rui Melo Braga
- Sabrina Marília Coutinho Furtado

Secretário

- Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 27-08-2014

----- Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária Pública a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos senhores Vereadores, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo, Mário Rui Melo Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado. -----
Não esteve presente na reunião a vereadora Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental por se encontrar de férias. -----

----- Secretariou a reunião a Coordenadora, Maria Luísa Pacheco Simas. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, é a seguinte: -----

INDÍCE

ORDEM DO DIA

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

(DL N.º 76/2014) - PROC. N.º 5132/2014 - Eduardo Martinho Roías Pestana - Proposta de arrendamento de prédio urbano (Parque de estacionamento) -

(DL N.º 77/2014) - PROC. N.º 5677/2014 - RC Consultores - Prorrogação de prazo da empreitada de reabilitação de um edifício para Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal

DIVISÃO FINANCEIRA

SECÇÃO DE CONTABILIDADE

(DL N.º 78/2014) - PROC. N.º 2465/2014 - Informação Interna - 4ª.Alteração Orçamental

- Balancete

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Nos termos regimentais e no período destinado ao público, pelo presidente da Câmara Municipal foi dada a palavra ao munícipe Sr. Galdino Manuel Fernandes Cabral Coutinho, residente na Rua Pão do Vigário nº 2, freguesia de São Pedro, deste concelho, o qual abordou os assuntos que se seguem: -----

- Mencionou o Caminho da Mãe d'Água até à Nascente na qualidade de proprietário de terrenos confinantes, com um antigo acesso, que por razões de mau tempo, ao longo dos anos tornou-se de difícil passagem, levando a que outro rumo tivesse sido adotado e perguntou se havia algum projeto para a recuperação daquela via. Referiu, ainda que, pelo contato que já fez com os vizinhos, os mesmos estão na disposição de ceder alguma área de terreno para alargamento e melhoramento do acesso.-----

O presidente da Câmara referiu que, é prática corrente a intervenção de ajuda por parte da Autarquia, em propriedades privadas. Nesse caso com a disponibilidade de máquinas e mão-de-obra e após uma análise feita pelo vice-presidente e proprietários, a situação será ponderada e daremos conta da possibilidade da recuperação pretendida, adiantou ainda o presidente: -----

Prosseguiu o munícipe questionando se a autarquia realiza análises de controlo de qualidade da água ao que o presidente da Câmara afirmou que as análises são feitas semanalmente e publicadas no sítio da internet da Câmara Municipal, não havendo necessidade efetiva, de ter de se ferver a água que consumimos para beber.-----

O munícipe mencionou a existência de muitas casas degradadas, questionando sobre o que poderia ser feito, ao que o presidente da Câmara Municipal esclareceu que, os fundos comunitários não aceitaram que houvesse financiamento, para este fim e a Câmara Municipal, por sua vez, não possui capacidade financeira. Adiantou ainda que a Comunidade Europeia é muito exigente com a apresentação dos projetos para a requalificação dos imóveis.-----

O munícipe disse constatar a falta de policiamento, tendo o presidente da Câmara Municipal referido tratar-se de matéria que não é da competência da Câmara Municipal, mas é uma das preocupações da mesma. Para situações prementes, afirmou, a Polícia de Segurança Pública, está sempre disponível, dentro das suas capacidades, no entanto o policiamento é da competência do Governo da República.--

O munícipe referiu que deveriam ser instaladas lombas e semáforos em certas vias do Concelho de modo a garantir a segurança dos peões, tendo o presidente da Câmara Municipal informado que irá convocar, no fim do verão, a comissão de trânsito, para que seja avaliada a questão do trânsito no concelho.-----

O munícipe apontou aquilo que considera ser o mau estado de conservação das campas do Cemitério da Ribeira das Tainhas, ao que o presidente da Câmara Municipal respondeu haver sempre a

colaboração da Câmara com as Juntas de freguesia, pelo que neste caso, se houver algum pedido, por parte da Junta da Ribeira das Tainhas, a Autarquia compromete-se a colaborar com a mão-de-obra.-----

O munícipe questionou a aplicação de pesticidas sem equipamento e nas horas de calor, tendo o presidente da Câmara Municipal referido que existe legislação própria sobre esta matéria e que por sua vez a Associação dos Municípios da Ilha de São Miguel, está a promover o processo de contratação de um técnico especializado na área, para dar apoio às Autarquias da nossa Ilha.-----

O munícipe indicou que no jardim em frente à Câmara existem dragoeiros com buracos, onde saem morganhos e baratas, fendas à volta do quiosque ali existente cheias de pontas de cigarros, árvores de grande porte – magnólias, necessitando urgentemente de suportes de segurança nos ramos, evitando assim que se desprendam do tronco, devido ao excesso de peso que ostentam. -----

O presidente da Câmara Municipal registou o apontado referindo que os serviços irão ter em conta aquelas preocupações. -----

O munícipe manifestou o seu desagrado pela existência de vários candeeiros de iluminação pública sem lâmpadas o que causa receio de quem circula na rua à noite.-----

Sobre, esse ponto, o presidente da Câmara Municipal, depois de tecer algumas considerações, salientou que neste mandato tem intenção a que se proceda a uma reavaliação da luz pública, acrescentando que a fatura de eletricidade é muito pesada. Referiu ainda que a AMISM, está a fazer um estudo técnico a nível Ilha para amenizar os custos com a iluminação em causa.-----

O munícipe referiu existir muitos casos de mau estacionamento ao que o presidente da autarquia esclareceu que a Câmara não tem ao seu serviço Polícias Municipais e por isso não é da competência da Autarquia a fiscalização do estacionamento no concelho.-----

O munícipe interpelou a Câmara sobre o montante da dívida da autarquia e se seria necessário pedir mais dinheiro tendo o presidente da Câmara Municipal afirmado que a dívida consolidada ronda os 42 milhões e que não era possível contratar mais empréstimos, devido ao limite estipulado por lei.-----

O munícipe pretendeu saber se seria necessário destruir obras já feitas ao que o presidente da Câmara Municipal referindo-se, nesse caso, ao Aquaparque afirmou que, por aquela infraestrutura não ser sustentável, há a necessidade de alterar o ramo de atividades desportivas, como voleibol e outras, para aquele local, evitando assim recorrer a manutenção dispendiosa, como é o caso de piscinas e estruturas de diversões aquáticas.-----

Por último o munícipe mencionou que no Canto do Infante, o paredão até ao mar ameaça ruir, devido às raízes de árvore de grande porte. O Presidente da Câmara Municipal manifestou o seu reconhecimento pelo alerta e afirmou que as medidas vão ser averiguadas para solucionar o problema.

De seguida e na mesma sequência, foi dada a palavra ao munícipe, senhor João Joaquim da Costa

Feitor, residente na Rua do Relvão, 1º Dto., freguesia de São Pedro, o qual apresentou a sua observação sobre a falta de luminosidade, no Parque da Vila, freguesia de São Pedro, defronte do seu apartamento. Referiu que lhe causa impressão haver só um foco de luz para o lado do pavilhão multiuso. Afirmou ainda que, durante a noite acontecem algazarras e cenas menos decentes entre jovens, o que perturba toda a área residencial, em horas condignas de repouso. Comentou também, o Sr. João Feitor, o fato de, na Avenida dos Emigrantes, haver só 4 postes de luz e a Rotunda dos Frades estar sem iluminação. -----

O presidente da Câmara interveio para manifestar a sua preocupação sobre o elevado valor da fatura da eletricidade. Pese embora o fato, de já se ter feito um esforço com a tentativa de diminuir o gasto de eletricidade, reconhece que há que acertar a luminosidade de certas zonas de Vila Franca, como é o caso, também, do Largo do Infante, entre outros.-----

O Sr. João da Costa Feitor manifestou também, o seu desagrado pela falta de limpeza na zona circundante à barraca do “Saraiva” do lado noroeste ao Jardim Antero de Quental. Estranha o fato da referida limpeza ser da responsabilidade da Autarquia e não da pessoa que explora aquela área pública. Acrescentou por último, que no seu entender, este assunto, deveria fazer parte de uma cláusula do próprio contrato de arrendamento.-----

O vereador Rui Melo, pediu a palavra, para manifestar o seu acordo com tudo o que tinha sido exposto pelos dois municípios, a começar pela falta de iluminação no concelho, acrescentando que o fato de muitos candeeiros estarem desativados, sem lâmpadas, faz com que a falta do calor deteriore o equipamento e mais tarde o valor da reparação será mais elevado do que o se tentou poupar. A gestão do consumo da energia elétrica adiantou, não está a ser a melhor no que respeita a horas de abertura e encerramento da iluminação pública, bem como a dos edifícios públicos com a “luz acesa” toda a noite e fins de semana, como é o caso de certas escolas. Em conclusão, o vereador Rui Melo afirmou que a beleza do património de Vila Franca fica ofuscada à noite, para além de não se justificar a poupança nesta área.-----

O presidente da Câmara retorquiu que estavam todos de acordo, afinal são só 10 000.00 euros, o que se poupa, com a opção atual da iluminação pública, no entanto são precisos muitos 10 000.00 euros para outras coisas. Não sendo hábito referir-se ao passado, afirmou o presidente acrescentando que, hoje não há dinheiro mas, há anos atrás, houve muitas possibilidades, os bancos quase que obrigavam a fazerem-se dívidas. Existem outras necessidades a serem acudidas, neste caso a pobreza dos municípios é a nossa prioridade.-----

Por último foi dada a palavra ao município, Pedro Miguel da Ponte Matos, residente na Estrada Regional nº 110, freguesia da Ribeira Seca, deste Concelho, que na qualidade de proprietário do espaço comercial em frente ao hospital, na Rua Teófilo Braga, vem informar que quando chove a água concentra-se, no canto da rua, formando uma poça, impossibilitando a entrada de clientes e dando origem a respingos de água, para a parede, aquando da passagem de viaturas.-----

O presidente informou que, embora a rua em questão seja da responsabilidade do Governo Regional,

irá envidar esforços, perante a Secretaria Regional competente, para a solução do problema.-----

O vereador Rui Melo pediu a palavra para relativamente ao aquaparque da Vinha d'Areia tecer as seguintes considerações: -----

- Tem consciência, que para a manutenção do aquaparque é necessário 30. 000,00 €. Porém é um investimento necessário pois, as infraestruturas não duram toda a vida, é preciso conservá-las, devido ao abandono que foi votado pela anterior Câmara.-----

- Referiu que o aquaparque era muito frequentado, agora nota-se que tem estado fechado 2,3, 4 dias, por semana em plena época alta . Há que fazer publicidade. As pessoas depois de virem do Ilhéu de Vila Franca gostam de ir até àquele espaço de diversão aquática. Organizam-se jantares para elites, fechando vários dias para montar e desmontar, que custam um balúrdio e por isso a procura é fraca, porque muitos utilizadores deslocam-se de fora do concelho e chegam à porta está encerrado, claro que depois já não voltam.-----

- Perguntou se não haverá alguém que se presta a fazer a manutenção necessária a melhores preços fora dos tradicionais fornecedores Nacionais, afirmando que material pode ser adquirir em Espanha e que existem telas removíveis, sendo necessário inovar todos estes aspetos. -----

- Afirmou ter dúvidas quanto à anunciada insustentabilidade financeira das instalações do Aquaparque e que também não entende se foi tomada a decisão política de encerrar o aquaparque, porque não o dá à exploração de terceiros? Perguntou se os privados que totalizam 49% do capital social da empresa foram ouvidos.-----

- Concluiu dizendo que aceitava politicamente a decisão, mas não com afirmações que têm sido feitas, em que a bota não bate com a perdigota, porque a dívida da Atlântico Vila não proveniente da exploração do Aquaparque, mas sim da exploração deficitária do Restaurante e eventos.-----

O privado que fez a proposta de 50.000€ anuais não era pelo aquaparque mas sim por todos os negócios da Atlântico Vila, nomeadamente os prejuízos da piscina coberta aquecida.-----

O presidente da Câmara Municipal interveio para expressar o seguinte:-----

- O aquaparque, sempre deu prejuízo. A Câmara sempre injetou dinheiro, os outros sócios jamais o fizeram. -----

- Recordou que em processo de cedência da exploração, apareceu um privado que propunha que em troca da exploração, a Câmara teria que abonar-lhe 50 000.00 € anuais, algo inaceitável.-----

- Afirmou que todos os sócios foram consultados, e não se disponibilizaram para comprar.-----

- Sublinhou que no corrente ano já foram transferidos da autarquia para a Atlântico Vila. 60. 000,00 €.----

- Referiu ser desejo do executivo que muitas pessoas venham ao concelho, mas mais do que isso, queremos que os vila-franquenses usem as infraestruturas acessíveis e sustentáveis, lembrando que na altura da sua construção, os “aquaparkes” eram uma moda, hoje, muitos já estão fechados.-----

- Aludiu que os seguros não assumem 100% dos custos com danos e indemnizações em caso de acidentes na utilização dos equipamentos. É uma atividade perigosa pela sua própria natureza e ocorrendo um acidente grave, os custos financeiros decorrentes do mesmo poderão paralisar a Câmara Municipal.-----

- Mencionou que 80% a 90% dos utilizadores são fora do concelho e o que se pretende é utilizar toda aquela área para benefício prioritário do nosso concelho e dos nossos municípios;-----

- Concluiu que a decisão não foi tomada sem ponderação e tem por objetivo acabar com um problema e não atamancar as coisas com todos os riscos inerentes.-----

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL N.º 76/2014) - PROC. N.º 5132/2014 – EDUARDO MARTINHO ROIAS PESTANA – PROPOSTA DE ARRENDAMENTO DE PRÉDIO URBANO (PARQUE DE ESTACIONAMENTO) - Foi presente à reunião a proposta de arrendamento de prédio urbano (Parque de estacionamento), propriedade do Sr. Eduardo Martinho Roias Pestana, sito à antiga rua Fonte do Bago, atual rua Prior António Jacinto de Medeiros, deste concelho. O presidente da Câmara deu conhecimento da contra proposta que iria apresentar ao interessado, baseada numa situação idêntica de arredamento de parque de estacionamento, atualmente em vigor na Autarquia, que por uma questão de justiça e aplicando-se a regra de 3 simples, o valor do contrato de arrendamento, será de € 1 090.00, contra os 2 500.00, propostos no documento apresentado. A Câmara tomou conhecimento, sendo da competência do presidente o acordo final. -----

(DL N.º 77/2014) - PROC. N.º 5677/2014 - RC CONSULTORES – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL E ARQUIVO MUNICIPAL - Da Firma Construções Couto e Couto LDA, foi presente à reunião, o pedido de prorrogação de prazo de reabilitação de um edifício para Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal. -----
Face às considerações feitas, bem como as levantadas pelo Sr. Vereador Rui Melo, a prorrogação do prazo, em princípio tem justificação, mas solicita-se ao requerente que a fundamente de fato a que faça subscrever o requerimento pela entidade adjudicatória. -----

DIVISÃO FINANCEIRA

SECÇÃO DE CONTABILIDADE

(DL N.º 78/2014) - PROC. N.º 2465/2014 – INFORMAÇÃO INTERNA - 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL
- Foi presente à reunião a informação prestada pela coordenadora técnica da Secção de Contabilidade com a proposta para aprovação da 4ª Alteração Orçamental, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia de 27 de agosto na importância de 972 384,99€ (Novecentos e setenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 12.00, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Luísa Pacheco Simas, Coordenadora Técnica, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém oito folhas. -----